

Ata da Reunião do Conselho

ATA Nº 43/98-CET

No dia 26 de Fevereiro de 1998, com início às 17,00 horas, na sede da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, à Al. Carlos de Carvalho, 603, 6º andar, com a presença dos conselheiros signatários da Lista de Presenças própria e a presença de Newton Sérgio Ribeiro Grein, Diretor Geral, Elietti de Souza, Coordenadora Estadual do Sistema Público de Emprego, Nircélio Zobot, Coordenador de Formação Profissional, Edson G. Vilela de Souza, Coordenador da ULT, Jair Pedro Vendruscolo, Coordenador de Geração de Emprego e Renda, Maria Inês Prevedello Pereira, Coordenadora de Intermediação de Mão de Obra, técnicos do DIEESE (Karam e Cid) e da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED/RMC, signatários da Lista de Presenças própria, reuniu-se o Conselho Estadual do Trabalho, em sua 37ª Reunião Ordinária para deliberar sobre os seguintes assuntos de pauta: 1- Apreciação da ata anterior de Nº 42. 2- Homologação de Conselhos Municipais do Trabalho. 3- Eleição e posse do novo presidente do Conselho Estadual do Trabalho. 4- Encaminhamentos em relação à Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED. 5- Proposição de temário prioritário para a próxima Reunião. 6- Informes Gerais: 6.1. - Situação do Plano SPES/98 6.2. - Outros (em aberto)

Abertura:

- Dando início à reunião, o Sr. presidente, Vanderlei Quaquerini, justificou o pequeno atraso inicial, ocorrido a pedido do Sr. Secretário, Joni Paulo Varisco, presente na Marcha Global contra o Trabalho Infantil.
- Negociou a inversão de pauta, ficando para o final o item 3, bem como negociou a inclusão em pauta de itens relativos à formação profissional e ao PROGER.
- Leu ofício e apresentou os novos conselheiros, representantes da Força Sindical.
- Os conselheiros Sueli Coutinho, da SESA, e Altair Araldi, da SEAB, informaram que suas entidades também procederão mudanças nos seus representantes, dentro de 15 dias.
- Pedro de Paula Filho, da FEVAREJISTA, em nome do plenário, expressou os agradecimentos aos conselheiros saíntes, pelos relevantes serviços prestados e pelo companheirismo e deu as boas-vindas aos novos.

1. Ata anterior:

- Foi aprovada a ata anterior, de Nº 42/98-CET, com um adendo e uma retificação, propostos pelo conselheiro Heitor, da CUT, respectivamente à página 1, com referência à PED, e às páginas 8-9, no tocante ao lançamento do Caderno MERCOSUL e à presença, no evento, de delegações internacionais do movimento sindical. Conforme praxe, as referidas alterações já foram devidamente incorporadas por mim, Aloize Gogola, no texto da Ata Nº 042/98-CET. Na oportunidade, Heitor considerou, nas atas do CET, desproporcionalidade no registro dos pronunciamentos das várias bancadas, predominando o poder público. Elietti, coordenadora do Sistema Público de Emprego, explicou que, no caso da última ata, a qual elaborou, teve a preocupação de registrar, em tópicos, todo o Plano de Trabalho do Convênio MTb/SPES/ CODEFAT/SERT-98, aprovado nessa reunião, o que, sem dúvida, alongou demasiadamente o pronunciamento por parte dos técnicos da SERT.

2. Homologação de Conselhos Municipais do Trabalho:

- José Maurino, da Secretaria Executiva do CET, em nome da Comissão de Homologação dos Conselhos Municipais do Trabalho, leu uma relação de 20 municípios, que acabavam de instituir seus Conselhos Municipais do Trabalho, a saber: Uniflor (Res. 656/98), Guaraci (Res. 644/98), Pontal do Paraná (Res. 613/98), Prado Ferreira (Res. 640/98), São João do Triunfo (Res. 649/98), Miraselva (Res. 642/98), Campo Magro (Res. 615/98), Rio Branco do Ivaí (Res.

655/98), Ibema (Res. 653/98), Três Barras do Paraná (Res. 647/98), Boa Vista da Aparecida (Res. 646/98), Bom Jesus do Sul (Res. 654/98), Quarto Centenário (Res. 639/98), Reserva (Res. 645/98), Florestópolis (Res. 643/98), Tamarana (Res. 641/98), Goioxim (Res. 650/98), Espigão Alto do Iguaçu (Res. 651/98), Campina do Simão (Res. 652/98), Porto Barreiro (Res. 648/98).

- Apresentou também a lista de outros 23 municípios, cujos Conselhos sofreram alterações na composição, a saber: Pérola d'Oeste (Res. 616/98), Rosário do Ivaí (Res. 617/98), Umuarama (Res. 618/98), Xambrê (Res. 619/98), Altônia (Res. 620/98), Cruzeiro do Oeste (Res. 621/98), Icaraíma (Res. 622/98), Ivaté (Res. 623/98), Nova Prata do Iguaçu (Res. 624/98), Salto do Itararé (Res. 625/98), Curiúva (Res. 626/98), Mandaguari (Res. 627/98), Sulina (Res. 628/98), Coronel Vivida (Res. 629/98), Chopinzinho (Res. 630/98), Paranavaí (Res. 631/98), Mirador (Res. 632), Itaúna do Sul (Res. 633/98), Amaporã (Res. 634/98), Santa Izabel do Ivaí (Res. 635/98), Porto Rico (Res. 636/98), General Carneiro (Res. 637/98) e Palmeira (Res. 638/98).

- Na oportunidade, Maurino informou que a Comissão não teve condições de realizar, em tempo, a análise documental dos mesmos e propôs que constem como homologados, nesta reunião, aqueles Conselhos, dentre os acima relacionados, que, após a devida análise pela Comissão, forem considerados corretos. Informou ainda que, caso os 20 novos Conselhos venham a ser homologados pela Comissão, ter-se-á atingido a meta de 390 municípios com Conselho Municipal do Trabalho instituído e homologado, restando apenas 9 municípios sem Conselho, a saber: Manfrinópolis, Mauá da Serra, Cel. Domingos Soares, Guamiranga, Imbaú, Sengés, Perobal, Foz do Jordão, Fernandes Pinheiro, mas todos já em adiantado processo de instituição.

- Foi aprovada a proposição de Maurino.

3. Eleição e posse do novo presidente do Conselho Estadual do Trabalho.

(Item transferido para o final da pauta)

4. Encaminhamentos em relação à Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

- Vanderlei Quaquerini, introduzindo a questão, historiou o processo de ruptura entre IPARDES/DIEESE, órgãos executores da PED, o que inviabilizou o Convênio entre SERT/IPARDES. Lembrou que, na reunião anterior deste Conselho, foi designada uma Comissão Tripartite, encarregada de negociar a continuidade da PED junto aos órgãos de Governo, em especial, a Secretaria de Estado do Planejamento. Lembrou também que havia sido pré-agendada uma reunião entre IPARDES, DIEESE e SERT/ULT, sobre o que passou a palavra para O Sr. Edson G. Vilela de Souza, coordenador da ULT.

- Edson G. Vilela de Souza explicou que a referida reunião aconteceu na data marcada, estando presentes representantes do IPARDES, DIEESE e SERT/ULT. Relatou que, aberta a reunião, o Dr. Paulo Mello Garcias, do IPARDES, disse que não havia interesse do Governo em continuar a PED e que o IPARDES estava ultimando convênio com o IBGE para a realização da PME - Pesquisa Mensal de Emprego em Curitiba. Comunicado este fato, o mesmo pediu licença para se retirar da reunião. A reunião continuou entre SERT/ULT e DIEESE, buscando alternativas para a continuidade da PED com uma nova parceria. Foi, então redigida uma ata., a qual foi entregue à Direção Geral da SERT e que, na oportunidade, o Sr. Edson G. Vilela de Souza levou ao conhecimento do plenário do CET, juntamente com os Ofícios de convocação da reunião e encaminhamento da ata. Foi distribuída uma cópia da referida ata e ofícios para cada bancada.

- Pedro Augusto Schwab, da FACIAP, questionou o fato de a questão do emprego e desemprego ser medida por um sem número de metodologias, muitas questionáveis, a exemplo do fato de o IBGE contabilizar como empregos os "bicos". Defendeu a necessidade de se buscar uniformidade de trabalho que, inclusive, permita comparabilidade internacional.

- José Daniel Farias, da CUT, perguntou sobre quais eram essas diferenças.

- Karam, do DIEESE, esclareceu que existem duas diferenças básicas, a saber: a PED está aparelhada captar também a questão da informalidade, portanto é mais

adequada à realidade de países em desenvolvimento, o que não ocorre com o IBGE. Esclareceu ainda que há outras restrições, tais como a questão do tempo em que o entrevistado procurou emprego (última semana - IBGE) e último mês (PED). Disse que tanto uma como outra tem comparabilidade internacional e que a cobertura da PED tem a mesma abrangência do IBGE, menos Rio de Janeiro, que não tem PED. Informou que, nos Estados Unidos, são divulgados 6 diferentes taxas de emprego, contemplando as várias situações: formal, informal, oculto etc. Explicou que um dos questionamentos levantados pelo IPARDES contra a PED é que se estaria estimulando o trabalho infantil, quando, na realidade, a PED apenas retrata essa dura realidade, que é motivo, inclusive, da Marcha Global contra o Trabalho Infantil, ora em realização.

- Vanderlei Quaquerini perguntou sobre o impacto dessa faixa de 10-14 anos no índice geral de desemprego.
- Karam explicou que, numa taxa de 14,1%, o impacto dessa faixa é 0,5%, o que, inclusive, pode não se contabilizar, mas o item faz parte da metodologia nacional da PED.
- Elietti de Souza esclareceu que, em nenhum momento, a SERT e o IPARDES entenderam isto como forma de estimular o trabalho infantil e que a inclusão desse item tem por objetivo subsidiar políticas públicas relativas à infância/adolescência. Informou também sobre a presença, na SERT, nesta data, do Sr. Antoninho Caron e da S.ra Sieglind Kiendl da Cunha (IPARDES), trazendo da parte do Secretário de Estado do Planejamento, Miguel Salomão, a disposição para uma conversa sobre a continuidade da PED. Assim, continuou Elietti, foi agendada para 3ª-feira, dia 03/03/98, às 09,00 hs uma reunião da Comissão Tripartite, designada por este CET, na reunião anterior, com o Secretário de Planejamento. Informou ainda que apresentou verbalmente a questão da PED ao MTb (Beatrice) que também manifestou existir preocupação do MTb em relação à metodologia da PED.
- Karam informou que o Paraná é o único Estado que formalizou a desistência da PED. Informou também a Comissão de Unificação das Metodologias PED/IBGE está prosseguindo os trabalhos, cuja finalização está prevista só para 1999. Alertou que interromper a pesquisa agora significaria desperdiçar os recursos já investidos na PED.
- Heitor Rubens Raimundo, da CUT, lembrou ao colegiado que não estava em discussão a importância e nem a metodologia da PED, a qual vem balizando políticas públicas, subsidiando instituições de ensino e movimentos sociais. Isto é consenso, tanto é que este CET acabou de aprovar recursos para a continuidade da PED, no Plano de Trabalho do Convênio MTb/SPES/CODEFAT/SERT-98. A decisão de suspender a PED é do Governo Estadual. Propôs, então, como encaminhamento, um posicionamento formal do CET, mediante Resolução, reafirmando a importância da PED, reiterando deliberações anteriores do CET quanto à sua continuidade, recomendando à SERT o seu reinício imediato, se necessário, com outros parceiros, enquanto prosseguem as negociações no âmbito da administração estadual, principalmente via Comissão Tripartite, já mencionada.
- Aceita a proposta de Heitor, foi aprovada a Resolução Nº 080/98-CET, a ser redigida posteriormente e, dada a impossibilidade prática de serem recolhidas as assinaturas dos conselheiros até 3ª feira, quando se dará a reunião com a SEPL, o plenário estabeleceu que a referida resolução fôsse, desta vez, assinada apenas pelo Sr. presidente do Conselho.
- José Daniel Farias, da CUT, lembrou que, diante da deliberação do CET pela continuidade da PED, diante da não revogação da Resolução do CODEFAT diferenciando a PED como referência nacional (Res. Nº 54, de 14/12/93) e diante da aprovação de recursos para a PED, no Plano de Trabalho SPES-98, cabe, agora, ao Estado, através da SERT, apenas decidir com que parcerias será dada a continuidade à pesquisa.
- Vanderlei Quaquerini, finalizando o debate, reiterou o convite à Comissão

Tripartite para a Reunião com o Secretário de Planejamento, na próxima 3ª feira, 03/03/98, às 09,00 horas., convidando para a mesma um técnico do DIEESE, para eventual necessidade de assessoramento técnico.

- Karam respondeu que o DIEESE se faria presente, através de um de seus técnicos..
- Luiz Perin, da FETAEP, manifestou sua preocupação quanto à situação do CET, deliberativo, no caso de uma eventual negativa do Governo em dar a continuidade à pesquisa. Ficou esclarecido que não há conflito, pois a deliberação do CET se refere à vontade de dar continuidade à pesquisa e negociar, através da Comissão Tripartite, a sua viabilização, cabendo ao Executivo a execução.

5- Proposição de temário prioritário para a próxima Reunião:

a) Saber Vida:

- Sérgio Lima, membro da Comissão de Qualificação Profissional do Conselho Municipal do Trabalho de Curitiba, trouxe, para apreciação do CET, o Projeto de Alfabetização de Adultos "Saber Vida".
- José Daniel Farias agradeceu a contribuição do CMT/Ctba e lembrou que a questão da alfabetização dos adultos, como condição para a qualificação profissional, é um problema muito sério e que essa proposta soma-se a outras já aprovadas no CET, tais como: "Alfabetizar para Qualificar" (SENAR) e o "Projeto Integrar" (CUT).
- Vanderlei Quaquerini endossou as palavras de Daniel e solicitou agendamento da questão para a próxima reunião do CET.

b) Trabalho Infantil:

- José Daniel Farias solicitou também a inclusão na pauta da próxima reunião a questão do Trabalho Infantil, sugerindo que sejam trazidas informações sobre o andamento da Comissão do Trabalho Infantil, designada pelo CET, e que as várias bancadas tragam informações e assessores para subsidiar o debate.
- Vanderlei Quaquerini, ouvido o plenário favorável, solicitou a inclusão do tema na agenda da próxima reunião.
- Sueli Coutinho, da SESA, sugeriu fosse convidado para a próxima reunião alguém do Fórum Estadual do Trabalho Infantil para informar e esclarecer sobre o andamento dos trabalhos desse Fórum..

c) Projetos de Qualificação Profissional:

- Nircélio Zobot, coordenador da CFP, solicitou a inclusão na pauta da próxima reunião a apreciação dos contratos de qualificação profissional/98. Solicitou também, que, se possível, fosse realizada, para tanto, uma reunião extraordinária do CET, evitando, assim, atraso na execução, já que, pela primeira vez, o MTb cumpriu os prazos e disponibilizou recursos já em fevereiro.
- Vanderlei Quaquerini consultou Nircélio sobre quando estariam disponíveis as cópias dos contratos para a apreciação prévia pelos conselheiros.
- Nircélio Zobot estimou 15 dias, ou seja, até 12/03/98.
- Vanderlei, propôs que, em vez de extraordinária, seja feita uma Reunião Ordinária Antecipada, de modo que, havendo necessidade, far-se-á, posteriormente, a extraordinária.
- Aprovada a proposta, a próxima reunião ficou marcada para o dia 18/03/98, no mesmo horário e data.
- Na oportunidade, Pedro Schwab sugeriu que as 3 bancadas façam um levantamento interno dos projetos em andamento ou previstos e tragam para análise do CET, no sentido de se evitar superposições e paralelismos, bem como depurar o que é realmente prioritário, factível e gerador de empregos.

6- Informes Gerais:

6.1. - Situação do Plano SPES/98

Elietti de Souza informou que o Plano de Trabalho do Convênio MTb/SPES/ CODEFAT/SERT-98, aprovado pelo CET na última reunião, graças à confiança conquistada pelo CET e SERT, foi aprovado pelo MTb, com pequenos ajustes, a saber:

a) Redução de metas no número de visitas técnicas de acompanhamento aos

empreendimentos beneficiados pelos PROGER, de quatro para duas ao ano. Entendendo que duas visitas anuais são insuficientes, as demais serão realizadas e custeadas com recursos da SERT, complementou Elietti.

b) Redução de 50% no número de agentes operacionais que receberão micro-computadores, não obstante o credenciamento, pelo MTb, de 100% dos agentes operacionais, que funcionarão agregados a Agências do SPE próximas.

c) Quanto à consultoria jurídica para o CET, Elietti informou que a solicitação, feita na última reunião, foi aprovada, ficando disponibilizados para tal R\$ 35.000,00/ano, devendo ser detalhado pelo CET o tipo de serviço a ser contratado.

- Pedro de Paula Filho, então, ponderou que deverá ser contratado um profissional identificado com os interesses e objetivos do CET, propondo o nome do ex-conselheiro Cleverson Marinho Teixeira, que conhece a administração pública e tem convivido com o CET desde o seu início, sendo, inclusive, um de seus fundadores e que já vinha prestando informalmente assessoria jurídica ao CET, juntamente com o conselheiro Aparecido D. E. Lopes, da FAEP. Informou ainda que tomou a liberdade de consultar informalmente o Dr. Cleverson sobre essa possibilidade e ele se colocou à disposição, bem como colocou à disposição o seu escritório.

- Joni Paulo Varisco, Secretário, manifestou-se favorável à proposta e ao nome, dizendo que vinha sentindo pessoalmente a falta de uma assessoria no Conselho por ocasião do debate e encaminhamento de algumas questões como "cooperativas de trabalho", "trabalho infantil", "Banco da Família".

- Vanderlei Quaçarini propôs que a presidência do CET, juntamente com a Diretoria Geral e Assessoria Jurídica da SERT, vejam os caminhos legalmente possíveis para a contratação do profissional sugerido.

- Heitor Rubens Raimundo solicitou que o Dr. Cleverson fosse convidado para uma reunião do CET para que seja ouvido e receba dos conselheiros as expectativas.

d) Por fim, Elietti informou, apresentando o mapa do Estado, a cobertura do Estado com Agências/Agentes Operacionais (390), faltando apenas 9 municípios para que a SERT tenha plena capilaridade no Estado.

6.2. - Outros (em aberto)

a) Situação do PLANFOR/PEQ:

- Heitor R. Raimundo, da CUT, ponderou que o Paraná apresentou uma proposta de mais de 38 milhões de reais para o PEQ/98 e isto, segundo suas informações, está sendo reduzido pelo MTb. Perguntou como está o PLANFOR e o PEQ.

- Nircélio Zobot, coordenador de CFP, informou que acabara de receber ofício do MTb, relatando reunião do CODEFAT, o qual se pronunciara sobre os Planos Estaduais de Qualificação-PEQs/98. Informou que o MTb previa, inicialmente, cerca de R\$ 850.000.000,00 para o PLANFOR, mas que o valor acabou sendo reduzido para cerca de R\$ 360.000.000,00, com solicitação aos Estados para que estebelessem critérios para a utilização desses recursos. No que tange ao Paraná, o MTb alocou cerca de R\$ 9.000.000,00, já disponíveis, podendo-se solicitar recursos adicionais, tão logo sejam empenhados estes.

- Pedro de Paula Filho solicitou a Nircélio os valores previstos e os realmente aplicados nos últimos 3 anos e avaliou que o Paraná vem devolvendo recursos sistematicamente, no montante aproximado de 50% do planejado, ou seja, não se tem capacidade operacional, a qual, a seu ver, é cerceada pelo processo licitatório.

- José Canisso citou o exemplo de SC e RS que utilizam estratégias diferentes e conseguem operacionalizar todo o recurso.

- Pedro A. Schwab lastimou que o Paraná continue devolvendo verbas desde o Governo Paulo Pimentel. É claro que isso expressa a seriedade dos paranaenses. No entanto, é necessário encontrar formas mais ágeis de aplicar os recursos, mediante parceria com entidades de fé pública reconhecida.

- Heitor R. Raimundo perguntou sobre qual o montante de recursos realmente aprovado.

- Elietti de Souza explicou que o montante de recursos solicitados, compreendendo SPES e SEFOR, atinge cerca de R\$ 47.000.000,00. Quanto aos SPES, os recursos de cerca de R\$ 9.000.000,00, foram aprovados na sua totalidade, com pequenos ajustes de metas e remanejamento de projetos, conforme já informado, anteriormente. No âmbito do SEFOR, dos quase R\$ 39.000.000,00, foram liberados cerca de R\$ 9.000.000,00 e o restante vai depender da nossa capacidade de operacionalização, podendo chegar ao total planejado.
- Heitor R. Raimundo pediu que houvesse embasamento sobre essas informações, pois, caso, haja necessidade de redução, vai ser necessário fazer uma readequação, redefinindo prioridades e que, assim sendo, não estava entendendo a informação de Nircélio de que os recursos liberados já estavam todos empenhados... Empenhados para quem?
- Pedro A. Schwab defendeu a necessidade de as 3 bancadas se unirem para rever as prioridades, mas continuar lutando pela liberação total dos recursos orçados.
- Sinval Zaidan Lobato Machado, da FACIAP, tentando amenizar o calor do debate, ponderou que é praxe deste Conselho caminhar para o consenso entre as 3 bancadas, em torno de pontos viáveis e de interesse comum, evitando disputas ou rivalidades. Lembrou ainda que, desta forma, qualquer proposta, uma vez colocada na mesa, torna-se assunto do plenário, independentemente da sua origem. Assim, as propostas/projetos se tornam projetos do CET tripartite e não desta ou daquela bancada.
- Edson G. Vilela de Souza refletiu sobre a necessidade de se estudar formas de aumentar a nossa capacidade operacional, propondo, para tanto, a criação de uma Comissão de trabalho.
- Vanderlei Quaquerini lembrou que tal Comissão já existe, tendo sido designada pela Resolução Nº 054/96-CET, de 04/09/96, bastando ativá-la.
- b) Curso de Especialização em Economia do Trabalho.
- Nircélio Zabot apresentou, distribuindo cópia, a proposta do "Curso de Especialização em Economia do Trabalho", a ser realizado em parceria com a UFPR, com 10 vagas para técnicos da SERT e 10 vagas para sindicalistas, sendo 5 patronais e 5 de trabalhadores.
- Vanderlei Quaquerini justificou que aceitou a inclusão do assunto em pauta, pelo fato de que as matrículas para o referido curso se encerravam no próximo dia 03/03/98 e pôs o assunto em votação.
- Joni Paulo Varisco manifestou seu voto contrário à aprovação do Projeto, ponderando que a UFPR não cumpriu parcerias anteriormente contratadas, em especial, a referente aos Assentamentos Rurais.
- Pedro A. Schwab pediu a reconsideração do voto do Secretário, considerando a recente mudança da direção da UFPR que poderá, talvez, ajustar as coisas.
- Altair Araldi, da SEAB, considerou o projeto importante e lembrou que igual proposta já foi aprovada no ano anterior.
- Joni Paulo Varisco, Secretário, propôs que o assunto fosse retirado de pauta, já que não constava da mesma, argumentando, além do descumprimento de parcerias anteriores pela UFPR, que a SERT não executaria o projeto, se aprovado, entendendo que não era justo destinar recursos, ainda que pequenos, para o aperfeiçoamento de servidores e sindicalistas, quando os desempregados e reais necessitados de qualificação profissional não poderiam ser atendidos, em função do anunciado corte de recursos pelo MTb.
- Heitor R. Raimundo, mesmo reconhecendo a importância do projeto, defendeu que o mesmo devia ser retirado de pauta, considerando que o mesmo foi inserido na pauta a pedido da SERT e é a SERT, através do Secretário, que o estava retirando de pauta.
- Vanderlei Quaquerini, consultando o plenário, oficializou a retirada de pauta do referido item.
- Heitor R. Raimundo, ainda, solicitou esclarecimentos quanto ao fato de que, no

Plano de Trabalho, o ítem 2.05 - Trabalhadores e Dirigentes Sindicais” consta com o valor de R\$ 1.450.000,00, no entanto o valor-base para custear o presente projeto é de R\$ 361.290,00.

- Nircélio Zobot explicou que, considerando a não aprovação global e final do Plano de Trabalho/98, até o momento, e havendo recursos já liberados parcialmente e ainda havendo a necessidade de se dar entrada no Sistema Informatizado do Estado, optou-se por adotar como base o Plano de Trabalho/97, na esperança de que o montante final a ser liberado em 1998 não seja menor que o do ano anterior.
- Luiz Perin propôs que, antes de se apreciar os projetos de qualificação profissional/98, na próxima reunião, seja feito o redimensionamento, de acordo com as reais perspectivas de liberação de recursos.
- Nircélio Zobot considerou ser imprescindível tal procedimento antes da aprovação dos contratos de parceria.

c) PROGER:

• Jair Pedro Vendruscolo informou sobre a evolução do PROGER no Paraná, onde ficou evidenciado um crescente aumento no número de empresas atendidas, recursos aplicados e empregos gerados. Informou sobre o esforço feito pela SERT, CET e parcerias no sentido de criar estrutura operacional, qualificar agentes operacionais e conselheiros municipais, estruturar sistema de acompanhamento e monitoramento com apoio das Universidades Públicas Estaduais, além de outras tantas medidas e atividades, envolvendo cerca de 5.000 pessoas no Estado. Avaliou que o PROGER é um programa bom, tem demanda e deve ser mantido e aperfeiçoado. No entanto, persistem entraves da parte dos agentes financeiros. Informou que a inadimplência, pela constatação das IES, é cerca de 50% menor que a propalada pelo Banco do Brasil, já que a mesma leva em conta erros de sistema ou dívidas de centavos. Informou sobre a reunião da Comissão do PROGER, nesta data, a qual avaliou a situação e se propôs dar um cheque-mate, conforme já o havia recomendado anteriormente o CET. De posse da informação do técnico do Banco do Brasil, Sr. Evaldo Emiliano de Souza, de que estava agendada uma reunião da direção da superintendência nacional do Banco do Brasil, para próxima 4ª-feira (04/03/98) quando seriam discutidas as propostas e reivindicações do Paraná, inclusive a proposta de se considerar a inadimplência a nível municipal e não estadual, levou ao CET a proposição da Comissão no sentido que uma equipe de representantes vá a Brasília, um dia antes, para discutir a questão com técnicos do MTb e dos agentes financeiros.

• Joni Paulo Varisco ponderou que não se pode romper com os agentes financeiros, sem mais, pois é isto que eles querem, já que o contrato com o CODEFAT compreende prazos de até 8 anos. Daí os bancos vão usar o dinheiro, sem aplicar em crédito e devolver ao CODEFAT só no final do prazo. Temos que encontrar formas de o dinheiro do trabalhador chegar ao trabalhador, com banco ou sem banco.

• Pedro de Paula Filho esclareceu que a posição do CET é: ou o banco aplica os recursos de acordo ou faremos com que os devolva ao FAT.

• Vanderlei Quaquerini colocou a reunião da direção do BB, marcada para a próxima 4ª-feira, em Brasília, como marco final para o funcionamento ou para a extinção do PROGER no Paraná.

• Heitor R. Raimundo solicitou à SERT (Elietti) informações para subsidiar o presidente do CODEFAT, Sr. Delúbio de Castro Soares.

3- Eleição e posse do novo presidente do Conselho Estadual do Trabalho:

• Esgotada a pauta técnica, Vanderlei Quaquerini introduziu a questão da eleição da presidência do CET. Agradeceu o apoio recebido em sua gestão que considerou um trabalho gratificante, pela nobreza do objetivo. Colocou-se à disposição para continuar colaborando como conselheiro.

• Joni Paulo Varisco, usando da palavra, anunciou que estava saindo da SERT até início de Abril próximo. Fez um relato das realizações de sua gestão, voltadas à estruturação da Secretaria, Conselhos Municipais, Agencias/Agentes operacionais

etc, destacando que teve oportunidade de participar da implantação de um Sistema Tripartite na gestão do Sistema Público de Emprego, onde a questão da formação profissional é fundamental. Sendo fundamental, procurou precaver-se juridicamente, mediante processo licitatório e contratos somente com órgãos públicos e, mesmo assim, foi denunciado várias vezes. Considerou desmedido o que está sendo feito em SC e SP e que no Paraná a questão é tratada com grande seriedade. Achou que estava no caminho certo, mas reconheceu falhas pelo excesso de burocracia e de zelo, com prejuízo para a agilidade. Baseado nisso, considerou que o MTb tem até razão em cortar os recursos sempre na proporção da nossa capacidade operacional. Elogiou a Marcha Global pelo Trabalho Infantil. Manifestou estar convencido de que o conflito deste século é a questão do emprego. Fez agradecimentos a todos os conselheiros. Expressou sua esperança no Banco da Família como saída para o micro-crédito que beneficiará a clientela que realmente precisa de crédito. Lembrou, finalmente, que o ano é político, e, por isso, cheio de instabilidades no âmbito do poder público. Por isso, consultou a bancada do poder público sobre a sua proposta de que o Poder Público abrisse mão de exercer a presidência do CET, neste momento de transição, voltando e exercê-la num momento mais estável, enquanto, agora, a presidência passaria ser exercida pela bancada dos empregadores, já que os trabalhadores acabam de concluir seu mandato.

- Os integrantes da bancada do poder público (Altair Araldi - SEAB, Sueli Coutinho - SESA e Sueli de Oliveira Formiga - DRT , estando ausente, a essa altura da reunião, o representante da SEID - Edson José Augusto) manifestaram-se favoráveis á proposta do Secretário.
- Pedro de Paula Filho, então, falou em nome da bancada dos empregadores, dizendo que as idéias do Joni são claras e objetivas e sempre voltadas para ajudar alguém. Que sua postura sempre foi de respeito e de valorização do CET e dos CMTs. Considerou o Secretário um homem público inteligente e elogiou o seu gesto de abrir mão da presidência, num momento de transição de governo, confiando nos objetivos e na postura deste CET, capaz de assegurar continuidade dos trabalhos, não obstante as mudanças no âmbito do Executivo. Agradeceu o trabalho, o companheirismo e o apoio do Secretário. Propôs, para exercer a presidência do Conselho, no próximo período, o nome do conselheiro Sinval Zaidan Lobato Machado, representante da FACIAP.
- José Daniel Farias , em nome da bancada dos trabalhadores, agradeceu a Vanderlei o democrático exe